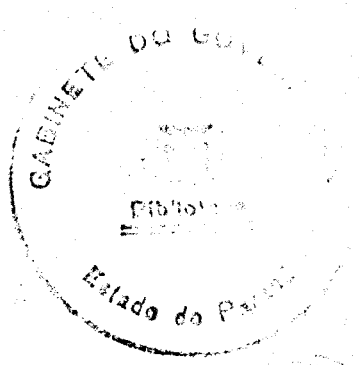
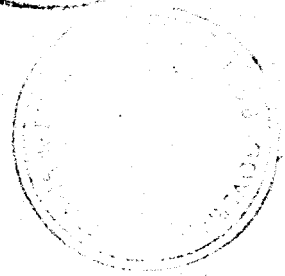


nº 13 maio 64  
1157 - 111 1563  
8.7.50  
6 de maio 57



ESTADO DO PARANÁ



# MENSAGEM

Secretaria de Estado  
do  
Planejamento

BIBLIOTECA

APRESENTADA A  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO  
POR OCASIÃO DA ABERTURA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DA 4ª LEGISLATURA

PELO

**SENHOR NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA**  
GOVERNADOR DO ESTADO

353.98162

M 548

1961

1

353.0313

P223

1961

CURITIBA — PARANÁ

1961

GPS  
CC

## I — INTRODUÇÃO

Senhores deputados.

Venho pela primeira vez, com apenas três meses de govêrno, cumprir perante a Assembléia Legislativa o mandamento constitucional da prestação de contas. Tenho bem presente à memória o dia em que Vossas Excelências ouviram o meu compromisso de cumprir e fazer cumprir a lei e exercer com lealdade e dedicação o mandato de Governador do Paraná. Não venho, a rigor, prestar contas, porque a rigor ainda não tenho contas a prestar. Venho, antes, relatar a situação do Estado e expor a política do govêrno. Quero dizer a Vossas Excelências, que estou disposto a comparecer a esta Casa do Povo tôdas as vêzes que o interêsse público o exigir, ampliando assim, dentro da independência dos poderes constituidos, o quadro da harmonia em que devemos e queremos conviver. Com esta disposição de espírito, creio prestar uma justa homenagem ao povo, em nome do qual a Assembléia Legislativa, o Poder Judiciário e o Poder Executivo; exercem o dever de decidir dos destinos do Paraná.

Em meio a tôdas as dificuldades dêste período inicial de govêrno, encontrei nesta Assembléia, na sua disposição de trabalho e na presteza com que estudou alguns problemas tão complexos quanto urgentes, mais uma razão para confiar nas possibilidades de grandes realizações nestes cinco anos. Esta breve porém intensa experiência de convívio deu-me a certeza de que não teremos dificuldades, Vossas Excelências e o Poder Executivo, para achar em todos os casos que se

apresentarem as soluções mais apropriadas aos problemas do Paraná. A colaboração que peço é de confiança e compreensão. Sei que não será negada. Nestes primeiros três meses, todo o nosso trabalho foi promover a criação de algumas das condições indispensáveis à viabilidade da política de desenvolvimento econômico e social que o Paraná exige.

Não acredito na política de desenvolvimento que vê apenas a multiplicação dos meios de produção e fecha os olhos para as injustiças sociais. Também não acredito na política de desenvolvimento que pretende combater as injustiças sem corrigir as suas causas. Uma simples política de desenvolvimento econômico nos faria perder de vista a valorização do homem. Uma simples política de desenvolvimento social seria uma fuga à realidade.

Vejo o desenvolvimento como um meio de criar condições ao homem para realizar-se integralmente. Ao atravessar uma fase como a que o Brasil atravessa, em que todos os esforços estão concentrados na superação do subdesenvolvimento, é comum a confusão e, como conseqüência, a inversão de valores, passando os meios a valer mais que os fins.

Se nos concentrarmos exclusivamente no aproveitamento dos recursos materiais que temos à nossa disposição, correremos o risco de esquecer porque e para que devemos aproveitá-los. Nenhum sentido terá a abertura de estradas, a construção de usinas, a instalação de indústrias e o amparo à agricultura, se esquecermos que êsse esforço só será válido em função do bem estar que poderá proporcionar ao homem.

Todos estão de acôrdo hoje em que a nossa sociedade em muitos aspectos é injusta. Todos estão de acôrdo em que é urgente reformá-la. Não podemos entretanto permitir que em nome da justiça se sacrifique no homem aquilo que é mais essencialmente seu: a li-

berdade. Uma nação não se pode dizer livre enquanto a maioria do seu povo vive na miséria que não criou, e da qual não pode sair còzinha. Enquanto a miséria não fôr extinta, a liberdade não passará do privilégio de uma minoria abastada, pois não é livre quem não come, não é livre quem mal tem onde morar e quem não pode ser educado para ascender a mais altos padrões de vida e usufruir a liberdade. Não é livre quem não tem nem pode ter esperança de uma vida digna para si e sua família.

Sòmente valorizando o homem e emancipando os que da liberdade só conhecem a caricatura, chegaremos a nosso objetivo. Sòmente assim faremos desenvolvimento.

Direta ou indiretamente, tiveram por objetivo a criação das condições necessárias ao desenvolvimento econômico e social do Paraná tôdas as nossas decisões e todos os nossos esforços dêstes primeiros meses de govêrno.

Não foi apenas para cumprir a lei, na sua letra e espírito ou na sua destinação social, que o govêrno anulou privilégios, apurou responsabilidades, dispensou servidores, estreitou a disciplina funcional, estabeleceu planos de economia, procedeu ao levantamento de problemas e iniciou, com muito empenho, uma verdadeira campanha de austeridade e eficiência na administração pública. Foi também para atender ao reaparelhamento da máquina administrativa, que não poderia dar conta das necessidades dessa política de desenvolvimento se continuasse sujeita à burocracia e ao clientelismo.

Ao mesmo tempo que se entregava à tarefa de aparelhar a administração, o govêrno esboçava as linhas mestras de seu plano quinquenal de trabalho.

Um dos primeiros decretos baixados pelo govêrno determina que todos os órgãos da administração, co-

nhecidas as necessidades a que têm de atender e caracterizadas as prioridades setoriais, formulem esquemas de planejamento. Com base nos recursos disponíveis e em função dessas prioridades, fixará o governo — o que espera poder fazer ainda no mês de julho — o seu programa básico de obras e serviços. Outro decreto estabelece normas para a elaboração da proposta orçamentária para 1962, com o objetivo de permitir a transformação do orçamento num instrumento auxiliar do planejamento do desenvolvimento econômico e social do Estado.

É preciso dizer que a atual estrutura econômica do Paraná não produz rendas públicas suficientes para a cobertura dos investimentos necessários ao desenvolvimento do Estado. Por outro lado, a atual estrutura administrativa do Estado não permite nem mesmo o nível de arrecadação possível na presente conjuntura econômica.

O governo pretende eliminar imediatamente as deficiências da estrutura administrativa, sobretudo através do aparelhamento do mecanismo arrecadador, para o melhor combate à sonegação. Sendo lento o incremento da receita em função das modificações estruturais da economia, deverá o Paraná contar com recursos externos para poder imprimir ao processo do seu desenvolvimento o ritmo necessário.

Caberá ao governo federal fornecer êsses recursos. Durante anos a União descuidou-se das áreas periféricas ao centro dinâmico do país. Agora, a Reunião de Florianópolis marcou o ponto de reversão dessa tendência e estabeleceu a coordenação entre o planejamento nacional e os planejamentos regionais. Hoje o Paraná sabe, exatamente, com que recursos externos pode contar para a suplementação de suas próprias disponibilidades. Esta é uma garantia de que a nossa política de desenvolvimento não será entravada pelo caráter aleatório da ajuda federal.

Senhores Deputados!

Focalizei, nas páginas desta mensagem, e que entrego solenemente a Vossas Excelências, a situação em que se encontra o Estado e a política que o governo pretende seguir.

Procurando, o quanto possível, a concisão, evitando tôdas as demasias, apresento aqui rápida análise da conjuntura econômica e uma apreciação da situação em que se encontram as finanças públicas.

Mostro em seguida qual a situação de cada um dos setores da administração e de seu campo de atuação. Analiso assim desde os setores básicos da ação econômica do Estado, como transporte, energia e agricultura, aos setores precìpuaente sociais, como educação, saúde e assistência, incluindo também aqueles setores mais específicos, como a valorização do litoral e o problema de terras.

Essa a situação do Paraná. Êsses os nossos planos e projetos, êsses nossos objetivos. Quero apenas, ao finalizar, reiterar as disposições que manifestei de início e pedir a Deus que seja o fiador de nossos propósitos e o alimento de nossa confiança.

Curitiba, 1.º de maio de 1961.

NEY BRAGA

II — A CONJUNTURA ECONÓMICO —  
FINANCEIRA



## 1) A Economia Paranaense

Se olharmos hoje a conjuntura econômica do Paraná, teremos apenas uma visão estática de um momento de um processo dinâmico, que vem do passado e se projeta para o futuro.

Só a compreensão dêsse passado, e de sua repercussão no presente, pode permitir-nos agir sobre a realidade de hoje, de modo a procurar moldar a realidade de amanhã:

Três tendências distintas da história econômica brasileira agem no momento sobre a economia paranaense.

Temos, de um lado, a economia agrícola de subsistência, que aliada à extração vegetal (mate e madeira), representa a primeira expansão da economia paranaense. Esse tipo de estrutura permanece em quase todo o Leste e Sul do Estado.

Sobre essa estrutura penetrou, há menos tempo, a economia agrícola exportadora (café), que em poucas décadas desbravou o Norte do Estado, e hoje alcança seus limites máximos de expansão geográfica no território paranaense.

Mais recentemente ainda, penetrou no Paraná o transbordamento da economia agrícola de mercado interno do Rio Grande do Sul, que hoje desbrava as extremidades Oeste e Sudoeste do Estado.

São as características específicas dessas três estruturas, por si mesmas, e em choque umas com as outras, que definem a economia paranaense de hoje.

A primeira, mais antiga, é a base do complexo

social que é o Paraná. A segunda, mais dinâmica, é o parâmetro da riqueza do Estado. A terceira, ainda no início, é a promessa de um futuro desenvolvimento.

A penetração do café no Norte do Estado alterou profundamente a estrutura existente na época.

A população paranaense cresceu de 1.236.000 habitantes em 1940, para 2.129.000 em 1950, e para 4.200.000 em 1960, o que significa, para a década — 1951-60, uma taxa média de 7,1% ao ano, ou seja quase três vezes maior que a do Brasil, que é de 2,7%.

No período 1950-58 a Renda Regional paranaense (em valores correntes) passou de 10,3 bilhões de cruzeiros para 59,7 bilhões, ou seja um aumento de 100 para 579.

No mesmo período a renda «per-capita» passou de 4.800 cruzeiros para 16.100, ou seja, um aumento de 100 para 335, o que significa que 42% do aumento de renda do Paraná diluiu-se no decréscimo demográfico.

A nova estrutura surgida com o desenvolvimento da lavoura cafeeira, e que predominou já ao longo de toda a década de 1950, nos dá uma economia predominantemente primária (agro-pecuária), (aproximadamente 58% da Renda Regional no período 1950-58), com pouca participação do setor secundário (industriais), (aproximadamente 11% no mesmo período).

Paralelamente, a economia paranaense passou a apresentar tôdas as características de uma estrutura monocultora. A participação direta do café (valor da produção) na Renda Regional passou de 12% em 1948 para 30% em 1958. Se incluirmos o beneficiamento, transporte, armazenamento e comercialização do produto, essa dependência ficaria mais nítida, isso sem falar nos outros tipos de atividade surgidos na região cafeeira, e ligados a êle em maior ou menor grau.

Isto trouxe ao Paraná uma situação de instabilidade. As duas geadas (de 1953 e 1955) provocaram fortes contrações em tôda a economia paranaense.

## 2) O Paraná no Brasil

Uma mera comparação numérica, entre a economia paranaense e a do Brasil, pode levar-nos a conclusões errôneas sôbre a verdadeira situação do Estado.

A Renda Regional do Paraná representa 5,7% da Renda Nacional do Brasil, ocupando o quinto lugar entre as unidades da Federação.

A renda «per capita» do Paraná é praticamente igual à do Brasil em seu conjunto.

O ritmo de crescimento da economia paranaense é mais rápida que o nacional.

Dissemos que êsse dados são enganosos. O que acontece na realidade é que a maior parte do fluxo de renda gerada pelo setor dinâmico paranaense, (a caféicultura) concentra-se em poucas mãos. Como a maioria do capital empregado nesse setor provém de outras regiões do país, sua remuneração é retirada da economia regional. Por outro lado, devido à própria estrutura da economia, êsse setor destina seus investimentos ou à sua própria expansão, ou a outras regiões do país.

A renda que realmente fica e circula no Paraná, contribuindo para o bem estar de seu povo, é portanto menor do que a que as estatísticas nos mostram.

É essa errônea interpretação das aparências que forjou a idéia de um Paraná rico, região privilegiada dentre as que formam o Brasil.

Analisemos a situação do Paraná na conjuntura nacional.

O Brasil atravessa uma fase de industrialização.

Para a obtenção dos equipamentos indispensáveis a essa industrialização, depende de sua capacidade de importá-los, capacidade essa que é dada por suas possibilidades de exportar.

Por razões histórico-econômicas, o centro dinâmico industrial localizou-se no triângulo Rio de Janeiro — São Paulo — Belo Horizonte. É a região que oferece mais atrativos aos investimentos. Para ela se destina a imensa maioria dos bens de produção importado.

Sendo um Estado exportador, e estando fora desse triângulo, o Paraná vem fornecendo recursos para a importação de bens de capital que lá são investidos.

Como o sistema tarifário brasileiro é protecionista, visando defender a indústria nacional, as regiões não industrializadas do país passam a adquirir na região industrial os produtos manufaturados que antes adquiriram no exterior.

Essa a situação do Paraná.

Através do café, fornece capitais para a região industrial e divisas para a importação de bens de capital para essa mesma região.

Passa a adquirir nessa região os produtos manufaturados que antes importava.

Sendo uma parte integrante do País, não pode o Paraná alterar esses termos. Apenas uma política nacional de verdadeira integração nacional pode corrigir as distorções assim criadas.

## 2) As Possibilidades do Paraná

A manutenção da atual estrutura não pode garantir ao Paraná o futuro próspero que lhe desejamos.

A instabilidade do café não nos permite prever nem mesmo a manutenção dos níveis atuais de bem estar.

Pretendemos seguir uma política de propiciar os meios para a modificação da estrutura no sentido da industrialização.

Esta é a única possibilidade de dar bases sólidas ao progresso do Estado.

Não esperamos repetir aqui o fenômeno paulista, pois a própria característica de repetição torna isso impossível.

Mas o Paraná possui recursos suficientes para lançar-se também no sentido da industrialização. O que faltou até hoje foi o interesse dos governos estaduais e federais nesse sentido.

Os recursos naturais de que dispomos nos permitem prever que, através de medidas concretas, é possível criar no Paraná as bases de um processo de industrialização complementar ao que se desenvolve nas regiões já industrializadas do Brasil.

Industrializar, porém, não significa relegar as atividades primárias a um segundo plano. Através da diversificação e expansão desse setor, poderá o Paraná criar bases sólidas para seu desenvolvimento. Uma economia mista, baseada na pluralidade industrial e agrária, dará ao Paraná e a seu povo as possibilidades de progresso e bem estar que lhes desejamos.

#### **4) Finanças Públicas**

A própria condição de subdesenvolvimento da economia, com suas características predominantemente primárias, sua dependência de um único produto, e sua instabilidade, dificultam a arrecadação de recursos para o Estado.

Paralelamente, maiores são as exigências que são feitas ao erário, tanto para o atendimento de necessidades básicas da população, como o ensino e a

saúde pública, como para a realização dos investimentos necessários para o desenvolvimento da economia.

A essa situação, já difícil por si mesma, juntou-se o mau emprêgo dos dinheiros públicos. Se essa situação pode ser considerada como consequência do próprio estágio de subdesenvolvimento, não porisso pode deixar de ser considerada criminosa, não apenas de um ponto de vista puramente jurídico mas principalmente levando em conta que representa um desperdício justamente daqueles recursos únicos de que o Estado dispõe para cumprir sua missão social.

Mas vejamos a situação financeira do Estado como foi encontrada por êste govêrno:

A Proposta Orçamentária elaborada para 1960, e apresentada pelo Executivo em 1959, apresentava a seguinte previsão (em milhões de cruzeiros):

Receita .....	6.629
Despesa .....	7.119
	<hr/>
Déficit .....	490

A Lei nº 4121, de 24 de novembro de 1959, fixou o Orçamento para 1960 nas seguintes bases (em milhões de cruzeiros):

Receita .....	9.695
Despesa .....	11.940
	<hr/>
Deficit .....	2.245

A Receita fora aumentada tendo em vista o aumento da alíquota do Impôsto sôbre Vendas, Consignações e Transações, de 3,6 para 4,5%.

Em meados de 1.960 foi enviada pelo Executivo a

Proposta Orçamentária para 1.961, cujo esquema era o seguinte (em milhões de cruzeiros):

Receita .....	12.396
Despesa .....	14.002
	<hr/>
Deficit .....	1.606

A própria proposta continha autorização para realização de operações de crédito e emissão de «Letras do Tesouro» visando a antecipação da Receita e a cobertura do deficit.

Não sendo aprovada a Proposta no tempo exigido, o Orçamento do exercício anterior ficou automaticamente prorrogado para o presente exercício.

O que significa isso para a execução financeira pode ser compreendido analisando os resultados do exercício anterior.

A execução financeira do exercício de 1960 pode ser assim esquematizada (em milhões de cruzeiros):

Receita: .....	10.781
Despesa: .....	15.754
	<hr/>
Déficit .....	4.973

Comparando êsses dados com o orçamento vigente no exercício, vemos que o governo, para uma Receita apenas 11,2% maior que a previsão, realizou uma Despesa maior em 31,9% da autorizada.

Há que realçar ainda que mais de um bilhão de cruzeiros da Receita tem caráter meramente contábil, pois incluem-se como Receita os saldos de Restos a Pagar após passados cinco anos de sua contabilização como despesa.

Vemos claramente o panorama financeiro.

Êste Governo realiza economias. A mera honestidade no trato com os fornecedores resulta em redução de despesa.

Nos dois primeiros meses o Departamento Estadual de Compras conseguiu economizar 8,2 milhões de cruzeiros na aquisição de alimentos, poupando ainda 63.000 litros de gasolina.

Mas será difícil, mesmo assim, limitar-se ao orçamento vigente. Cortaremos tôdas as despesas supérfluas, mas seria errôneo reduzir as essenciais.

Esperamos elaborar, para 1962, um Orçamento bem feito, que traduza a verdadeira situação do Estado e os planos do govêrno. Esperamos contar com o Legislativo para sua aprovação.

Mas a situação financeira do Estado torna falho qualquer orçamento.

Se a Receita neste exercício alcançar os 12,4 bilhões previstos, o que nos parece provável, a maior parte será dispendida no custeio das atividades normais e rotineiras da administração, sobrando pouco para investimentos.

Mas a realidade ainda é pior. Em 31 de janeiro dêste ano a Dívida Flutuante alcançava 8,9 bilhões de cruzeiros. São compromissos que já foram contabilizados, já apareceram como despesa nos balanços do Estado, mas não foram realmente pagos.

Em um orçamento superavitário, o excesso de Receita poderá ser usado para saldar êsses compromissos. Em um orçamento possivelmente deficitário, como é o do Paraná, êsses compromissos só podem ser saldados lentamente, seguindo critérios de justiça e equidade e, infelizmente diminuindo a capacidade do Estado de investir no futuro do Paraná.

Na mesma data, a dívida do Estado para com os Municípios (referente à quota do Art. 20 da Constituição Federal), alcançava 823 milhões de cruzeiros, incluindo-se apenas os exercícios de 1.959 e anteriores.

Devia ainda o Estado a seus funcionários, sòmente no referente ao mês de janeiro, e ainda não



contabilizado na época, 700 milhões de cruzeiros. A dívida total em vencimentos atrasados chegava a 1,8 bilhões, dos quais 1,1 já contabilizados.

A dívida total encontrada por êste Govêrno alcançava portanto, incluindo-se outros itens menores, a um total de 12,4 bilhões de cruzeiros.

Para pagá-la neste exercício seria necessário paralisar totalmente as atividades do Estado inclusive o pagamento dos servidores.

Mas há outros agravantes.

Pela estrutura da economia estadual, dependente do café, a arrecadação no primeiro semestre corresponde a apenas um terço do total anual, crescendo apenas a partir do início da safra cafeeira.

Por outro lado, a administração anterior vendeu selos de impôsto de Vendas e Consignações num total de aproximadamente 1 bilhão de cruzeiros, com o que a arrecadação efetiva no resto do exercício se verá diminuída, pois tal operação significou, na realidade, uma antecipação de receita. Dessa forma, à dificuldade financeiras naturais do estágio de subdesenvolvimento da economia paranaense, somaram-se aquelas causadas pela má administração dos recursos públicos.

Essa utilização da administração pública para fins outros que os precípuos, pode ser melhor compreendida se analisarmos o problema de pessoal.

Em 1940 empregava o Estado 8.422 pessoas, representando 0,7% da população paranaense. Em 1950 a proporção se mantivera (17.089, ou seja, 0,8%). Em 1959 havia 38.731 funcionários (1,0%). Tomando em conta o incremento da função do Estado, o aumento parece-nos normal.

De 1959 a 1960, em um ano portanto, êsse número se elevou a 55.286, ou seja, 1,3% da população do Estado.

Isso significa (excluindo falecimentos, aposenta-

dorias, demissões, e outras saídas de pessoal), 16.555 admissões em 365 dias, ou seja, 45 nomeações por dia.

As despesas aumentaram em proporção ainda maior.

Em 1955 o Estado gastou 924 milhões de cruzeiros com seu pessoal.

Em 1959 gastou 3,1 bilhões.

Em 1960: 6,0 bilhões.

A fôlha de pagamento de janeiro do corrente ano, alcançou um total de 1.084 milhões, o que daria uma despesa anual de 13 bilhões, maior portanto que a Receita prevista para o exercício.

O resultado dessa política de nomeações em massa está presente nos lares de todos os funcionários, antigos e recém-nomeados, através da insegurança quanto ao recebimento de sua remuneração.

Nomeando mais do que era necessário para o funcionamento da administração, agiu-se mal.

Mas nomeando além da própria capacidade de pagar, além de todos os recursos disponíveis para tudo, agiu-se criminosamente, enganando-se conscientemente aos nomeados, e prejudicando-se conscientemente aos funcionários mais antigos.

Com as medidas já tomadas para moralizar o conceito da função pública, eliminando dos quadros funcionais aquêles que foram nomeados para vagas inexistentes e, retirando as vantagens ilegais concedidas a muitos em detrimento da maioria, esperamos que a despesa de pessoal neste exercício permaneça em torno dos 8 bilhões de cruzeiros.

Quanto aos vencimentos em atraso, estão sendo saldados com a mais absoluta prioridade, dentro das possibilidades do Tesouro. A situação deverá normalizar-se totalmente no começo do segundo semestre.

Os outros problemas financeiros serão resolvi-

dos paulatinamente. O Paraná não pode parar para pagar o que foi malbaratado anteriormente. Apenas com o desenvolvimento de sua economia poderá dar recursos para um retôrno a uma situação normal.

O Executivo vem procurando encontrar as soluções. Procurará levantar empréstimos, para os quais já existe autorização legislativa.

Foi realizado o levantamento dos compromissos existentes, estando em estudos quais os critérios a ser adotados para a formulação de um esquema de pagamentos.

Paralelamente estudam-se medidas para a reestruturação do aparelho arrecadador e fiscalizador do Estado, de modo a racionalizá-lo aumentando-lhe a eficiência.

### III — SITUAÇÃO SETORIAL DA ECONOMIA

## 1) — Energia

### a) — Energia Elétrica

Dispõe o Paraná de condições excepcionais para o fornecimento de energia elétrica abundante e barata. É esta uma das maiores vantagens comparativas que possui para o processo de industrialização.

O potencial hidráulico das bacias fluviais do Paraná é um dos maiores do Brasil.

Para complementar essa energia, dispõe ainda de possibilidades termo-elétricas, através de seus recursos em carvão.

Se passamos das possibilidades para a realidade, o quadro muda inteiramente de figura.

Em 1955 o potencial instalado alcançava 71.000 Kw. Cinco anos depois esse total alcançava apenas a casa dos 100.000 Kw. E o aumento que houve foi quase todo em pequenas usinas térmicas, a óleo, instaladas em cidades do interior.

Enquanto a disponibilidade «per capita» de energia elétrica no Brasil cresceu nesse quinquênio de cerca de 50%, a do Paraná o fez em apenas 27%.

A potência instalada atualmente representa pouco mais de 23 watts por habitante, quando as diretrizes nacionais dão como nível mínimo um «per capita» de 80 watts.

Essa situação, além de representar um obstáculo a um processo de industrialização, causou ainda crises sérias no abastecimento normal das regiões já atendidas. Essas crises tiveram maior intensidade no Norte do Estado, face ao grande crescimento

demográfico, nas cidades industriais do leste e em Paranaguá.

Em vez de atacar frontalmente as raízes do problema, a administração anterior preferiu soluções paliativas e caras, instalando geradores a óleo, sem guiar-se por critérios objetivos.

Essa política nos legou, ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, um total de 114 usinas, cujo potencial total, porém, alcança apenas 22.800 C.V., o que dá uma potência média de somente 200 C.V..

Sobre esse vácuo de política energética, o Governo procura agora lançar o Paraná no seu verdadeiro caminho. A irresponsabilidade que imperava, impedindo que o Estado acompanhasse o grande surto de crescimento da produção nacional de energia verificada nos últimos cinco anos, colocou o Paraná em desvantagem juntamente no setor em que suas possibilidades eram maiores.

Vamos partir com um atraso grande, mas com dedicação e trabalho, poderemos ocupar a posição de liderança que nos cabe.

A execução dos planos e programas passará a cargo da sociedade de economia mista especializada, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), aliviando assim o D.A.E.E. para as funções de planejamento e coordenação.

Para dar ao D.A.E.E. capacidade real para coordenar e fiscalizar toda a política de energia no Paraná, é necessário que possa exercer também fiscalização sobre as empresas privadas que operam no setor. O Governo já está providenciando junto à União nesse sentido.

Resolvido o problema da fixação, execução e fiscalização da política de energia, poderá o Governo, sem tumultos e tropeços, executar com eficiência aquilo a que se propõe.

Os primeiros passos já foram dados.

Na Reunião de Florianópolis foi acertado o financiamento, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, da Usina do Capivari-Cachoeira.

A significação dessa usina para o desenvolvimento da economia paranaense, pode ser compreendida ao vermos que os 115.000 Kw. de sua primeira fase, pronta em sete anos, correspondem a mais do que tóda a capacidade geradora atualmente existente. A potência final a ser instalada logo após, alcança 230.000 Kw.

Localizada nas proximidades da região mais industrializada do Estado, e em uma zona rica em jazidas minerais, a usina do Capivari-Cachoeira poderá, sòzinha, ser a base de um processo de desenvolvimento industrial.

Paralelamente a essa obra, a COPEL deverá concluir o aproveitamento do Rio Mourão, com uma potência prevista da ordem de 25.000 Kw.

Deverá ser concluída a usina termo-elétrica de Figueira, sob responsabilidade operacional da UTEFLA, aproveitando carvão paranaense, com um potencial de 53.000 Kw. As linhas de transmissão de Figueira a Ponta Grossa já deverão estar concluídas neste ano.

O Paraná deverá cumprir os convênios já existentes entre o Estado e a USELPA, visando a utilização pelo Norte do Estado, dos recursos energéticos do vale do Paranapanema.

Enquanto isso serão realizados estudos visando o aproveitamento do Salto Grande do Iguacu, que poderá adicionar mais 100.000 Kw. ao potencial instalado no Estado. Prosseguirão também os estudos referentes ao aproveitamento das Sete Quedas do Paraná, em Guaira.

Esta obra, por sua magnitude (é a queda natu-

ral de maior potência no mundo), poderá ser a grande realização do Paraná em futuro próximo.

### b) — Carvão

A produção carvoeira do Paraná, apesar de ocupar o terceiro lugar no Brasil, mantém-se quase constante, abaixo das 100.000 toneladas anuais.

Visando o aumento dessa produção, e o melhor aproveitamento das reservas presumíveis, o Governo conseguiu da União a ativação da prospeção de novas áreas, naqueles municípios que apresentam possibilidades de produção.

### c) — Xisto-pirobetuminoso

Dentro da política governamental de industrializar e diversificar a economia paranaense, grande é o papel reservado ao xisto.

Já foi acertado por este Governo a instalação, pela Petrobrás de uma usina em São Mateus. Logo em seguida, e para esse objetivo também já foram acertados os primeiros passos, deverá instalar-se, na mesma cidade, uma refinaria.

A conclusão dessa refinaria, além de aliviar o balanço de pagamentos do Brasil, substituindo importações, permitirá o surgimento de um complexo industrial sediado em São Mateus e irradiado para as cidades vizinhas, graças ao aproveitamento dos sub-produtos como matéria prima para a indústria petro-química.

Esse complexo industrial, produzindo para o mercado paranaense e nacional, modificará completamente, e em pouco tempo, o panorama sócio-econômico da região beneficiada.



## 2) Transportes

Nos últimos anos o sistema de transporte paranaense sofreu alteração substancial, conforme pode verificar-se pelo quadro abaixo.

Exportação por tipo de transporte  
(Em percentual do volume).

Ano	Rodoviário	Ferrovário	Fluvial	Marítimo
1950	38,0	51,0	0,0	11,0
1958	65,5	29,0	1,0	4,5

O alto custo dos investimentos ferroviários, impedindo que as estradas de ferro se estendessem o necessário para atender ao crescimento da demanda, fez com que essa demanda fôsse atendida então pela rodovia, apesar do custo de operação desta ser maior.

Agindo dentro dessa realidade, o govêrno dará prioridade ao setor rodoviário, melhorando aquelas vias que já são utilizadas, de modo a baixar o custo do transporte.

A administração anterior não foi capaz de esquematizar um plano de transporte para o Paraná. Realizando esforços simultâneos, sem obedecer a orientação unificada, cometeu êrros flagrantes, como a construção de ferrovia paralela a rodovia, num verdadeiro desperdício dos escassos recursos disponíveis para investimentos.

Para evitar essa superposição de esforços, o govêrno unificou a política de transportes, cabendo à Secretaria de Viação e Obras Públicas realizar os estudos para a formulação dessa política.

A decisão de dar prioridade às rodovias já é o primeiro passo na formulação dessa política de transporte.

## a) Rodovias

A situação atual da rêde rodoviária do Paraná pode ser facilmente compreendida através dos números abaixo.

Rêde total: 48.276 Km.

Segundo o tipo de leito:

Solo natural .....	45.339 Km	93,9%
Revestimento primário ..	2.309 "	4,8%
Pavimentação asfáltica ...	628 "	1,3%

Segundo a responsabilidade de conservação:

Municípios .....	39.025 Km	80,0%
Estado .....	8.301 "	18,1%
União .....	950 "	1,9%

Realça à vista o estado precário da rêde existente. O prejuízo causado à economia paranaense e nacional, através da rápida depreciação dos veículos obrigados a trafegar nas condições acima visualizadas, é praticamente incalculável.

Vemos também a pequena participação da União, que possui recursos maiores, na conservação da rêde existente.

Atuando sôbre essa situação que podemos classificar de desesperadora, encontramos um Departamento de Estradas de Rodagem desviado de suas funções precípuas, transformado em agente político e fonte de empreguismo.

Para dar uma idéia do gescalabro reinante nêsse órgão básico da administração basta dizer que, de um total de 399 máquinas pesadas, 118 estavam em poder de terceiros, e 108, no valor de 800 milhões de cruzeiros, simplesmente desapareceram.

Medidas drásticas e enérgicas foram desde logo tomadas no sentido de normalizar o D.E.R..

Paralelamente, obedecendo à política de transporte já mencionada, o Paraná obteve da União, na Reunião de Florianópolis, o compromisso da construção e pavimentação das principais artérias do Estado.

Ainda neste quinquênio estarão asfaltadas e entregues ao tráfego as seguintes rodovias:

BR-35/104 — Paranaguá — Curitiba — Paranavaí

BR-35 — São Luiz do Purunã — Foz do Iguaçu

BR-87 — Melo Peixoto — Jandaia do Sul

BR-59 — Curitiba — Guarapuava.

Somente nestas rodovias será feito um investimento de 8.850 milhões de cruzeiros, com um total de 1.466 Kms. de asfalto.

A União deverá também realizar obras de construção e revestimento primário nas seguintes estradas:

BR-14 — Divisa São Paulo — Alto Amparo

BR-87 — Jandaia do Sul — Guaira

O investimento nestas duas rodovias alcançará 1.350 milhões de cruzeiros, abrindo ao tráfego 567 Kms.

Com esse investimento maciço da União, o Estado poderá deslocar recursos para a conservação da rede atual e para a construção ou pavimentação de outras rodovias.

O D.E.R., dentro da política de transporte do governo, estuda a fixação de prioridades para essas obras.

## **b) Ferrovias**

Não pode o governo realizar grandes investimentos no setor ferroviário. Os órgãos técnicos de-

verão reformular a política ferroviária, realizando estudos visando a fixação dos objetivos básicos do Paraná nêsse setor, de modo que, ao surgirem disponibilidade de recursos para êsse fim, não se realizem investimentos paralelos, num verdadeiro desperdício da reduzida capacidade de investir do Estado.

Pretente o govêrno da União realizar investimentos no setor ferroviário, nêsse sentido, foi acertada em Florianópolis, a conclusão, ainda nêste quinquênio, do Tronco Principal Sul, que ligará em bitola larga, São Paulo, Curitiba e Pôrto Alegre.

### **c) Marítimo e Fluvial**

O Pôrto de Paranaguá é de vital importância para a economia paranaense e brasileira.

A administração anterior, que nos legou a administração do Pôrto de Paranaguá com excesso de pessoal, e um déficit de 12 milhões de cruzeiros, preferiu seguir uma política de ampliação do cais acostável, apesar de pareceres técnicos que desaconselhavam essa medida, passando o cais de 670 metros em 1955 para 1.590 atualmente, em lugar de preocupar-se com o aparelhamento dos serviços portuários.

O govêrno já tomou providências para aliviar a crise de energia que afeta o pôrto. Já foi acertada a instalação de sugadoras para descarga de produtos a granel e construção de um silo com capacidade para 10.000 toneladas. Com o emprêgo criterioso dos recursos do Fundo Portuário Nacional, o Pôrto de Paranaguá poderá estar brevemente equipado de acôrdo com as exigências de seu movimento.

No que se refere ao Pôrto de Antonina, já foi instituída uma Comissão, formada por elementos do

Paraná e da União, para estudar a viabilidade da sua elevação à categoria de Pôrto organizado.

Pretende também o govêrno estudar os problemas da navegação fluvial, verificando quais os investimentos prioritários nesse setor. Foi já acertado com o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, a rápida conclusão dos melhoramentos que estão sendo executados no Pôrto de Guaira.

#### **d) Aéreo**

O transporte aéreo no Brasil é executado quase em sua totalidade pelo setor privado.

As responsabilidades públicas limitam-se praticamente aos serviços de segurança e à construção de aeroportos e campos de pouso.

É à União, através do Ministério da Aeronáutica, que cabe a maior parcela de investimentos neste setor. O govêrno pretende aqui apenas estudar as necessidades do Paraná no setor, fixando as prioridades, e executando obras somente quando não houver possibilidade dessas obras serem executadas pela União.

### **3) — Indústria**

A necessidade de modificar a estrutura da economia paranaense é um ponto básico da política econômica deste Govêrno. Apenas através do fomento à industrialização pode ser alcançado este objetivo.

Apesar das grandes disponibilidades de matéria prima de que dispõe o Paraná até agora não conseguiu expandir seu setor industrial.

Várias razões contribuíram para isso, entre as quais a limitada oferta de energia, e a ausência de uma política de estímulo às inversões industriais.

No capítulo referente à energia, já foi visto

como o primeiro dêsses problemas deverá ser solucionado.

Analizaremos aqui as medidas que o Governo já tomou e pretende tomar no sentido de criar o incentivo à implantação industrial.

Uma das primeiras medidas tomadas foi a criação de um Grupo de Trabalho para o levantamento da situação da indústria no Paraná.

Está em estudos um ante-projeto de lei disciplinando a isenção tributária às indústrias que venham a instalar-se no Paraná.

O Governo pretende também equípar-se para dar orientação as indústrias interessadas em financiamentos das entidades nacionais e estrangeiras de modo a facilitar-lhes a instalação.

O grande problema da implantação industrial é a atração do capital. A economia paranaense, principalmente no setor cafeeiro, gera excedentes de capital, mas os excedentes raramente são destinados ao setor industrial do Paraná.

Parte dêstes é investida no setor cafeeiro, outra parcela vai ser investida em outras regiões do país, devido à aquela ausência de incentivos já mencionada.

Se surgirem incentivos no setor industrial, parte do capital hoje canalizado para o café virá buscar êste outro caminho.

Êsses incentivos surgidos no setor industrial paranaense, e tendo em vista as vantagens comparativas do Paraná em diversos ramos de atividade industrial, atrairão também parte daqueles capitais que hoje saem do Paraná, assim como capitais provenientes de outras partes do país e do mundo.

Em breve síntese podemos analisar quais as possibilidades reais do Paraná em certos ramos da indústria.

Na indústria do papel as reservas de pinho do

Oeste garantem a melhor fonte de matéria prima no território nacional. As possibilidades podem ser analisadas pela recente concessão de empréstimos de 5 milhões de dólares, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, a uma empresa destinada à fabricação de polpa de celulose, localizada no município de Guarapuava.

A indústria petro-química deverá implantar-se e desenvolver-se ao redor no núcleo formado pela refinaria de xisto a ser instalada em São Mateus do Sul.

Há possibilidades de aproveitamento siderúrgico das reservas de ferro localizadas no município de Antonina.

O rebanho suíno paranaense um dos maiores do Brasil, oferece matéria prima para a instalação de frigoríficos e fabricação de sub-produtos.

O setor agrícola oferece possibilidades na industrialização do milho, da soja, do rami, do algodão, do açúcar, incluindo-se também aqui a fabricação do café solúvel.

Há possibilidades de aproveitamento das reservas de metais não-ferrosos, principalmente o chumbo, localizadas próximas à usina do Capivari.

Temos certeza que as medidas de incentivo já planejadas pelo Governo, aliadas a outras que possivelmente serão sugeridas pelo Grupo de Trabalho mencionado, assim como as realizações de infraestrutura já mencionadas, podem permitir-nos prever um rápido desenvolvimento do setor industrial paranaense, que se traduzirá na maior estabilidade da economia regional e no aumento do padrão de vida da população.

#### 4) — Agricultura e Pecuária

Ao setor primário paranaense, que até hoje tem

sido a base de tãda a evoluçãõ sãcio-econãmica do Estado, estã reservado um grande papel.

Encontramos a Secretaria da Agricultura desaparelhada para atender sequer as exigẽncias formuladas pela economia atual, quanto mais as que surgirão com o desenvolvimento dinãmico dẽsse setor.

Algumas medidas concretas, de carãter urgente, jã foram tomadas. Conseguiu-se a liberaçãõ do maquinãrio importado e que se encontravam em Paranaguã. Foi assegurado o fornecimento aos agricultores de 500.000 sacas de sementes de algodãõ e de 30.000 toneladas de sementes de trigo, ainda estẽ ano.

Foi criado um Grupo de Trabalho para estudar o problema da erosãõ, que aflige áreas urbanas e agrícolas em vãrias regiões do Estado.

Conseguiu-se, em Florianópolis, a criaçãõ do Parque Nacional das Sete Quedas, e da Reserva Florestal da Serra do Mar, visando a preservaçãõ dos recursos naturais do Paraná.

Estãõ em andamento estudos visando fixar a política agropecuãria do Govẽno. Estuda-se tambẽm a criaçãõ e instalaçãõ de um Instituto de Economia Agrãria, que, em nãvel cientãfico, possa fornecer elementos e formar pessoal para o conhecimento indispensãvel da economia agrãria paranaense e brasileira, jã se contando com apoio da Uniãõ para essa medida.

Tambẽm em Florianópolis foram conseguidas medidas visando o incentivo do chamado «trigo sarraceno», sendo autorizada sua mistura à farinha de trigo.

Os estudos que vẽm sendo realizados irãõ permitir ao Govẽno tomar medidas prãticas e concretas, para o desenvolvimento da agropecuãria paranaense.



Mas já podemos prever o desenvolvimento próximo, estimulado por atos já baixados pelo Governo da União.

A fixação dos preços mínimos com garantia de compra; a elevação do preço do trigo importado (através da Instrução 204 da SUMOC), a elevação de 100 para 200 mil cruzeiros do teto de financiamento ao pequeno agricultor na entre-safra, pelo Banco do Brasil; a canalização dos recursos obtidos através da venda do dólar obtido do café para o aprimoramento da caféicultura e sua substituição parcial, na qual o Paraná participará, tôda essa série de medidas abrem caminho para um rápido desenvolvimento do Paraná como grande abastecedor de alimentos para as regiões mais industrializadas do país.

As excepcionais condições do Paraná para a produção e exportação de milho, arroz, feijão e outros produtos alimentares serão ainda melhoradas com a conclusão das obras de infra estrutura já mencionadas.

Solucionados os problemas de estímulo à produção, criadas as condições necessárias para a mecanização da lavoura, quer através dos próprios agricultores, quer através de patrulhas mecanizadas mantidas pela Secretaria de Agricultura, resta ainda o problema do armazenamento e ensilagem.

A administração anterior criou sua sociedade de economia mista, a Companhia Paranaense de Silos e Armazéns S.A. (COPASA), mas sua função até 31 de janeiro passado, foi apenas e de gastar improdutivamente os recursos que lhe foram destinados.

Mudada essa orientação, a COPASA lança-se agora no sentido de obter financiamento para uma rede prioritária de armazéns. Os projetos encontrados estão sendo reexaminados visando sua atualização. Contamos com a maior boa vontade da União

e do B.N.D.E. em relação a nossas necessidades. Creemos que o Paraná poderá contar brevemente com uma rede mínima de armazéns e silos que lhe permitirá escoar de maneira mais racional a sua produção.

Será a base de um sistema maior e mais completo que virá depois, a medida que for possível deslocar recursos para êsse setor.

Não podemos deixar de mencionar aqui, especificamente, os produtos tradicionais do setor primário paranaense: o café, o mate e o pinho.

Acreditamos que a política cafeeira da União venha a ser reformulada. Não é possível incentivar a produção de uns bens cujo mercado apresenta as características de saturação do mercado internacional do café.

O Paraná deverá ser ouvido quando dessa reformulação. Não apenas por ter chegado ao primeiro posto na produção cafeeira, como também por ser o que mais depende dêsse setor.

É previsível o estímulo à redução da produção, paralelamente a uma maior agressividade no mercado, inclusive o interno. A manutenção do panorama atual poderá levar a uma crise de grandes dimensões.

O pinho e o mate terão todo o apoio do Governo. As obras de infraestrutura e o surto de industrialização que delas decorrerá, virá beneficiar também, e de forma efetiva, êsses dois produtos. Além disso, quando surgirem problemas específicos a exigir soluções também específicas, o Governo será o primeiro a defender êsses dois setores tradicionais e básicos da economia paranaense.

#### IV — A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO

## 1) — Educação

A educação é talvez, entre tôdas, a mais importante das funções do Estado.

A limitação do acesso à educação a pequenos grupos favorecidos é uma das características do estágio de subdesenvolvimento em seus níveis mais acentuadas.

Por outro lado, os princípios fundamentais da democracia exigem igualdade de oportunidade, e essa igualdade será um mito enquanto grande parte da população estiver privada do acesso à escola.

Esse mito vem sendo mantido no Brasil, apesar, dos esforços sinceros de várias administrações nacionais.

Esse Govêrno pretende encarar sèriamente o problema da educação. Partimos do princípio básico de que, além de um direito inalienável do homem, a educação é instrumento indispensável ao próprio rompimento do círculo vicioso da pobreza, e ponto de partida para o verdadeiro desenvolvimento econômico e social.

A situação em que encontramos o problema da educação no Paraná pode ser considerada caótica.

Não que a administração anterior tenha deixado de gastar nêsse setor. Ao contrário, gastou-se até muito acima mesmo do preceito constitucional.

Mas êsses recursos foram gastos sem que fôsse seguido o menor planejamento. A rêde de ensino foi usada para fins quase que exclusivamente políticos.

O número de funcionários na Secretaria de Educação passou de 11.100 em 1959 para 25.500 em 1960; 14.400 nomeações em apenas um ano. Milhares de pessoas sem habilitação foram nomeadas para o magistério.

Apesar do dispendio estatal ao setor do ensino, se a tendência permanecesse, teríamos uma queda sensível nos padrões qualitativos do ensino.

Paralelamente a êsse excesso de admissões, subvertendo ainda mais um sistema que já não é eficiente, a administração anterior seguiu critérios imediatistas de caráter estritamente local na ampliação da rede de prédios escolares.

Toda essa desorganização nos legou um Paraná em que 45% das crianças em idade escolar primária deixam de receber a instrução básica à sua vida.

Nos cursos secundários observamos uma concentração de esforços nos ginásios, escolas normais, e cursos técnicos de comércio. Praticamente nada existe em relação ao ensino técnico e profissional, quer industrial quer agrícola. O Paraná vem formando candidatos ao ensino superior, mas se descuidou inteiramente da formação de pessoal habilitado e especializado para os setores dinâmicos da economia.

No ensino superior, podemos classificar de errônea a política seguida até agora. Lançou-se o Estado a criar faculdades, sabendo de antemão que não possuía recursos para equipá-las, que não possuía pessoal suficiente para poder colocá-las em funcionamento eficiente.

Ainda mais. Em uma conjuntura como a presente, em que a demanda de técnicos é gritante em todo o país, escolheu o Paraná de preferência escolas superiores do tipo tradicional. Um Estado que depende de agricultura, não viu criada nenhuma escola superior dêsse ramo.

A desorganização em que foi encontrado o setor do ensino não nos permite ainda formular um plano concreto para o futuro. Todos os esforços vem sendo concentrados no objetivo de colocar esse setor em condições de poder ser dinamizado.

Já estamos estudando as diretrizes que serão aplicadas. Não usaremos o ensino como arma política, não construiremos prédios apenas para inaugurar-los. O Departamento de Edificações e a Secretaria de Educação passaram a trabalhar em conjunto, para evitar o que era frequente na administração anterior, em que a S.E.C. nem ao menos sabia quantas escolas estavam sendo construídas, nem aonde. Prédios escolares não serão mais utilizados com outros fins, nem ficarão mais abandonados, a transformar-se em taperas.

Queremos administrar para o homem, e temos certeza que apenas através de educação, orientada e planejada, visando objetivos claros e específicos, poderemos realizar essa tarefa.

## 2) — Saúde Pública

Há decênios que se repete incessantemente que o brasileiro é um povo doente, mas essa repetição até hoje pouco conseguiu no sentido de curá-lo.

Os índices de morbidade do Paraná não alcançam as características alarmantes que se observam em outras regiões do país. Mesmo assim, a situação do Estado não pode ser considerada boa.

O grande crescimento demográfico das duas últimas décadas agravou o problema da saúde no Paraná. A demanda de serviços médicos ultrapassou de longe o nível de oferta que podia ser alcançada pelo Estado. Além disso, diversas doenças antes desconhecidas no território paranaense, aqui surgiram trazidas pela imigração.

Acreditamos que a função precípua do Estado no setor de saúde pública seja mais a de prevenir do que a de remediar. Cabe ao Estado organizar e manter os serviços de profilaxia e medicina preventiva.

Os serviços de assistência médica e farmacêutica meramente aliviam, e apenas temporariamente. Jamais podem alcançar as verdadeiras causas dos problemas de saúde, quanto mais removê-las.

Por falta de planejamento, e mesmo de uma consciência real do problema, a administração anterior deu mais ênfase a êsse aspécto paliativo da saúde pública. Êste govêrno reconduzirá os têrmos do problema e sua verdadeira conceituação.

Uma visão clara do que sucede, quando se da ênfase à cura e não à prevenção, pode ser dada pelos seguintes dados: sabemos que a tuberculose, além de ser causada geralmente por deficiências alimentares, que só podem ser corrigidas com o próprio desenvolvimento econômico, é uma doença que hoje em dia é facilmente tratada em suas formas iniciais. Não existindo a assistência médica junto às origens dos males, 65% dos casos de tuberculose tratados pela Secretaria de Saúde Pública já apresentam formas avançada da doença, de cura difícil ou mesmo impossível.

Limitada ao atendimento dos casos graves que vinham a ela, a Saúde Pública desaparelhou-se em relação a suas funções precípua.

Todos os esforços concentravam-se nas cidades maiores. 46% dos médicos existentes no Paraná encontram-se em Curitiba, servindo a uma população que representa apenas 10% da população total do Estado.

Das 172 unidades sanitárias existentes no Estado, 19 não funcionavam por falta de médicos, apesar de contarem com pessoal auxiliar, dessa forma inproveitado. Paralelamente, outras 60 não funcio-

navam por possuírem apenas médicos. Mas absurdo ainda: em outras havia mais de 300 servidores auxiliares de excesso, praticamente sem realizar função alguma.

Dos 202 Postos de Puericultura existentes, apenas 132 estavam em funcionamento. O atendimento total desses postos mal chega a 30.000 crianças, parcela ínfima da população infantil do Estado. Quando sabemos que a mortalidade infantil no Paraná é de cerca de 115 por mil, atingindo mais de 200 em certas regiões, podemos vislumbrar quão pouco já foi feito neste campo.

No que se refere às doenças mentais, a situação pode ser avaliada ao vermos que, para uma necessidade mínima de cerca de 6.000 leitos, a disponibilidade de atual é de apenas 1.230.

São estas apenas pinceladas que não retratam a fundo o quadro da situação real da saúde pública no Paraná.

Este governo não poupará esforços para melhorar a situação que encontrou.

Dentro do critério adotado de concentrar os esforços do Estado no sentido da prevenção da doença, o governo, excluindo-se os casos de hospitais com destinação específica (lepra, tuberculose, doenças mentais), atuará apenas como incentivador e orientador da iniciativa particular.

Nos outros setores a ação do governo será positiva. Serão postos em funcionamento os Centros de Saúde de Maringá, Ponta Grossa e Paranaguá.

Serão instalados laboratórios regionais, para atender as unidades sanitárias do interior.

Serão recuperados os dispensários de tuberculose existentes, construindo-se mais três, em Cornélio Procópio, Maringá e Irati.

Está sendo estudada a instalação de dispensários para doentes mentais em Maringá, Londrina,



Cornélio Procópio, Irati e Apucarana, visando atender no local aqueles que hoje precisam deslocar-se para Curitiba.

Estas são apenas algumas das obras que pretendemos realizar. Imprimindo orientação criteriosa à Saúde Pública, temos certeza de que conseguiremos, com os recursos do Estado e os aplicáveis pela União, melhorar o quadro triste que o Paraná apresenta neste setor.

### Saneamento

Apesar de administrativamente ligado ao setor de obras públicas, o problema do saneamento é intimamente ligado aos de saúde. Grande parte das enfermidades endêmicas que afetam a população paranaense tem suas origens na inexistência de instalações e serviços sanitários. A água é um dos maiores veículos de propagação de doenças, principalmente quando contaminada, e isto é comum no Paraná, pelos detritos expelidos pelo próprio homem e por outras fontes.

A situação do Paraná no concernente a água e esgoto é bastante precária.

Apenas 8,3% da população paranaense é servida por rede de abastecimento de água, e apenas 4,1% é servida de rede de esgotos.

Das 221 sedes municipais, 13 possuem ambos os serviços (água e esgotos), e 37 somente o de água.

Das 20 cidades mais populosas do Estado (segundo o Censo de 1950), apenas 11 possuem serviços de água satisfatório.

Cabe ao governo, através do Departamento de Água e Esgotos, a maior parcela dos serviços acima mencionados (90% das redes de esgotos e 67% das de água).

Em Curitiba, que possui o melhor serviço no Estado, há uma população não abastecida de água

da ordem de 100.000 habitantes, enquanto quase 160.000 não são atendidos pela rede de esgotos.

Além disso, pela inexistência de número de hidrômetros necessário, há um desperdício de água que alcança 30% do consumo.

Essa a situação do Paraná.

Este governo já tomou medidas para equacionar de forma exequível a solução deste problema.

Os esforços do D.A.E. serão concentrados na melhoria e manutenção de todos os serviços existentes, principalmente naquelas cidades onde já se chegou ao virtual racionamento de água.

Serão concluídas as obras já iniciadas, dando-se prioridade aos centros urbanos maiores, onde o problema é visivelmente mais sério.

Já foram efetuados entendimentos no sentido de financiar as obras de água e esgoto através da Caixa Econômica Federal do Paraná. As Prefeituras interessadas devem preparar projetos razoáveis, podendo para isso contar com a colaboração do Estado.

Sendo utilizados os recursos da Caixa Econômica, temos certeza que em pouco tempo a situação das cidades paranaenses, no que se refere ao abastecimento de água e rede de esgotos, poderá ser acen tuadamente superior à presente.

### 3) — Assistência Social

A maior contribuição deste Governo para a solução dos problemas de assistência social é a sua própria política econômica. A pobreza e a miséria, com seus males correlatos, não são males em si, mas efeitos de causas mais profundas, como o baixo nível de renda e sua desigual distribuição. A solução desses problemas só virá a longo prazo, com o de-

envolvimento da economia paranaense e a consequente valorização do homem.

Isto não quer dizer que devemos cruzar os braços e esperar que o tempo corrija o triste espetáculo que nos rodeia onde quer que vamos. Cada indivíduo por si não é culpado de ter nascido e de viver numa determinada conjuntura histórica. Não podemos condenar uma geração à miséria enquanto trabalhamos para dar fartura à seguinte.

Sabemos que tudo o que se fizer agora em assistência social será mero paliativo, mas nossos princípios, nossa consciência, nosso espírito de solidariedade humana nos impele a agir, a procurar minorar, ainda que um pouco apenas, o sofrimento de nosso semelhante.

A administração anterior nos legou um setor assistencial em verdadeiro estado de descalabro. A Secretaria de Trabalho e Assistência Social atuando somente em Curitiba, os internatos estaduais em verdadeiro estado de ruína material e moral, a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural transformada em fonte de empreguismo, a Fundação Casa do Trabalhador sem recursos condizentes.

Em resumo, não encontramos nada. E quando encontramos, era melhor que não tivéssemos encontrado.

O Governo agiu rápido. Mais rápido neste setor do que em qualquer outro.

Os menores internados já gozam, agora, de melhores condições de vida.

Foi instituído um Grupo de Estudos de Menores Desamparados, visando encontrar a solução dêste problema, que é o mais triste e enternecedor de todos os que afligem o Paraná.

Foi instituída Comissão Especial para estudar a organização de um Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Paraná, no senti-

do de atender velha aspiração da classe funcional do Paraná.

Foi instituída uma Comissão para levantar a situação da Fundação Casa do Trabalhador, visando torná-la atuante, não apenas em Curitiba, mas também em outros centros industriais.

A Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, devido ao estado de desorganização em que foi encontrada, ainda não pôde reiniciar suas atividades no sentido de levar ao homem do interior os requisitos mínimos de assistência que a dignidade humana impõe.

A Caixa de Habitação Popular já entrou em entendimentos com a Fundação da Casa Popular para a ação conjunta da União e do Estado na solução do problema da moradia barata. Pretendemos construir núcleos residenciais nos maiores centros industriais do Estado visando impedir a proliferação de tipos de habitação que não dão a seus ocupantes as condições mínimas de conforto e bem estar.

A medida que os Grupos de Trabalho e Comissões apresentem seus relatórios, e o farão na maior brevidade possível, serão tomadas tôdas as medidas que forem recomendadas. Este Governo não poupará esforços no campo assistencial.

#### 4) — Os Municípios

Acreditamos no Município. Como unidade básica do Estado, cabe ao Município um papel preponderante no processo de desenvolvimento econômico, juntamente no que êste tem de mais humano.

Pelas suas próprias limitações geográficas, o Município, com raras exceções, não pode lançar-se na direção de grandes investimentos de longo período de maturação. Êsse papel cabe ao Estado e à União.

Mas no conhecimento dos problemas locais de seus cidadãos, o Município ocupa posição inigualável. É o centro da vida comunitária. É através dêle, de cada uma dessas células, que o povo do Paraná pode alcançar os novos níveis do progresso a que nos propomos.

Dentro do planejamento que está sendo elaborado visando o desenvolvimento do Estado, o Município será sempre atendido. Não o atenderemos porém como unidade isolada, e sim como parte atuante do tódo.

O Departametnto de Assistência Técnica aos Municípios prepara um plano de ação.

Ajudaremos as administrações municipais não como vinha sendo feito até hoje, com auxílios transitórios de natureza política.

Sabemos quais as necessidades dos Municípios, e vamos ajudá-los e se ajudarem a si mesmo.

Já em Florianópolis interessamos a União em um problema de alçada municipal: a ponte urbana entre Rio Negro e Mafra.

Outras necessidades dêsse tipo serão atendidas, na medida de sua importância.

Já mencionamos que a Caixa Econômica Federal deverá destinar seus fundos, prioritariamente, ao financiamento de obras sanitárias. Auxiliaremos os Municípios interessados na obtenção dêsse financiamento.

Há duas regiões no Paraná que merecerão dêste govêrno tóda a atenção. São os núcleos originaes do Estado, outrora prósperos, hoje reduzidos a um estagnamento quase total. São regiões que foram ultrapassadas pelos fenômenos econômicos que caracterizam o Paraná de hoje.

† Refiro-me ao Litoral e à região do Alto Iguaçú.

Nesta última, as obras planejadas pelo govêrno,

visando o Estado em seu conjunto, já terão repercussão favorável. O aproveitamento do xisto em São Mateus, com a conseqüente industrialização da área, será sua redenção.

No Litoral o problema é mais sério.

Vamos ativar o Serviço de Valorização do Litoral, até hoje letra morta. Estudaremos seus problemas. Esquematizaremos as soluções. Não iremos permitir que uma região paranaense permaneça à margem do progresso, privada de tudo, inclusive da esperança.

### 5) — Terras e Colonização

O problema da terra é, basicamente, um problema agrícola. O regime de posse da terra é um dos fatores que condicionam a economia agrária, sendo por sua vez, condicionado por ela.

No caso específico do Paraná, este problema merece um tratamento especial.

Em nenhum setor é tão visível como neste o descalabro que nos foi legado pela administração anterior.

Na ânsia de agradar amigos, de subverter consciências, de manter posições, a administração anterior ultrapassou tudo o que se possa imaginar. O que foi feito na titulação de terras devolutas no Paraná é verdadeiramente espantoso.

O caso da titulação de uma gleba, que na realidade era uma praça no perímetro urbano de Paranaguá, é um símbolo, mas apenas um símbolo, porque a realidade vai muito mais além.

Nomes de glebas foram trocados para que fôsse possível titulá-las novamente sem despertar protestos dos proprietários.

Foram feitas titulações com base em fotografias

aéreas datadas de 1953, sem que fôsem realizados trabalhos de campo, apesar dêsses trabalhos terem sido pagos.

O que essa política ruinoso significou, em insegurança e descontentamento, levando mesmo à rebelião aberta e à perda de vidas humanas, é incalculável.

O Departamento de Geografia, Terras e Colonização, agindo em conjunto com os dois outros órgãos interessados no problema: a Fundação Paranaense de Imigração e Colonização e o Departamento de Fronteiras, vem agindo com determinação e firmeza, clareando o labirinto em que se transformou o problema de terras no Paraná.

Muito já foi feito.

Foi suspensa a expedição de títulos.

Foi instalada uma Comissão para rever os títulos expedidos pela administração anterior.

Será publicado em pouco tempo novo mapa do Paraná.

Foram iniciados os processos de anulação das titulações ilegais, visando recuperar para o Estado e os legítimos proprietários, milhares de alqueires de terras.

Conseguiu-se com a União a desapropriação das glebas de Chopim e Missões.

Com essas medidas esperamos clarear aos poucos o turvo panorama que encontramos no setor das terras.

Esperamos devolver a paz social a regiões que viviam em constante sobressalto.

Essas as medidas corretivas.

Lançamos em Florianópolis a tese da desapropriação por interesse social. Visamos com isso levar a justiça social ao interior. Será a base de uma reformulação do problema da posse da terra no Paraná.

O homem que trabalha de sol a sol na lavoura

paranaense terá em nós um amigo. Pode confiar neste Governo, que ele não o desapontará.

## 6) — Justiça e Segurança

Este Governo está disposto a dar características de maior eficiência a seus órgãos que atuam neste setor.

A Secretaria do Interior e Justiça já começou a agir. Foi organizada uma campanha de incentivo ao alistamento eleitoral. Foi iniciada outra campanha, de incentivo à naturalização, visando principalmente as colônias agrícolas do interior. A campanha concentrou-se, de início, na Colônia Entre-Rios, em Guaruava.

Está em estudos a reorganização da Imprensa Oficial do Estado, visando dar-lhe maior produtividade e eficiência.

A Consultoria Geral e a Procuradoria Geral do Estado já estão em condições de prestar, de maneira relevante, os serviços que devem precipuamente prestar ao Estado.

A Polícia Militar, nestes poucos meses, já foi objeto da atenção que merece do Governo.

Foi-lhe cedido um prédio para funcionamento dos seus cursos de formação de oficiais, sargentos e cabos, bem como para seu ginásio. Já em abril os referidos cursos funcionarão em local condizente.

Foi-lhe cedido um terreno para construção da Vila Militar, no bairro do Pilarzinho. Nesse local serão construídas residências para praças, resolvendo o problema de moradia desses servidores.

Também a Chefatura de Polícia já está preparada para servir ao povo. Já foi preparado por seus técnicos um plano das obras públicas de seu interesse, que foi remetido à S.V.O.P.



Já foi também elaborado um plano de reaparelhamento, que prevê inclusive a reestruturação do sistema de telecomunicações e o reequipamento da Rádio Patrulha.

A Penitenciária Agrícola de Piraquara, que foi por nós encontrada nos padrões mais baixos que se possa imaginar, devido ao descuido e cumplicidade da administração anterior, já se encontra outra vez no nível para o qual foi construída, inclusive no aspecto financeiro.

# ÍNDICE

Pág.

## I — INTRODUÇÃO

## II — A CONJUNTURA ECONÓMICO-FINANCEIRA

1) A Economia Paranaense . . . . .	3
2) O Paraná no Brasil . . . . .	5
3) As Possibilidades do Paraná . . . . .	6
4) Finanças Públicas . . . . .	7

## III — A SITUAÇÃO SETORIAL DA ECONOMIA

1) Energia . . . . .	17
a) Energia Elétrica . . . . .	17
b) Carvão . . . . .	20
c) Xisto-pirotetuminoso . . . . .	20
2) Transportes . . . . .	21
a) Rodovias . . . . .	22
b) Ferrovias . . . . .	23
c) Marítimo e Fluvial . . . . .	24
d) Aéreo . . . . .	25
3) Indústria . . . . .	25
4) Agricultura e Pecuária . . . . .	27

## IV — A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO

1) Educação . . . . .	33
2) Saúde Pública . . . . .	35
Saneamento . . . . .	38
3) Assistência Social . . . . .	39
4) Os Municípios . . . . .	41
5) Terras e Colonização . . . . .	43
6) Justiça e Segurança . . . . .	45